XIV Salão Iniciação Científica da PUCRS

A construção da cidadania brasileira e o Direito Constitucional Internacional

Gabriel Webber Ziero e Celso Rodrigues

Centro Universitário Metodista, do IPA. Rua Cel. Joaquim Pedro Salgado, nº 80, bairro Rio Branco; CEP: 90420-060; Porto Alegre – RS.

Resumo

A Constituição Cidadã de 1988 possibilitou uma nova dinâmica em todos os âmbitos da sociedade brasileira. De tal maneira, a presente pesquisa, visa compreender como o e de que forma a construção da cidadania, vista como a capacidade de pertencer a um grupo e ter acesso a direitos, pode estar relacionada com a adesão do Estado brasileiro ao Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos, em especial, o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, a partir da promulgação da Constituição Federal. Diante disso, o estudo, propõe-se a realizar uma interlocução entre as áreas do Direito, Sociologia e Relações Internacionais. Assim, a investigação é dividida em três etapas: primeiramente, uma breve análise sobre a ideia de cidadania, na sequência, a interação entre as normas oriundas de tratados e convenções internacionais das quais o Brasil é signatário com o ordenamento jurídico interno e como esse procura adequar-se aos *standards* internacionais, e, por fim, como busca-se apontar como a atuação externa brasileira contribuiu para que, no plano interno, ocorressem mudanças legislativas e sociais, que acabam por positivizar e garantir um maior acesso da sociedade aos direitos. Como guia metodológico, utilizou-se o levantamento bibliográfico e legislativo acerca do tema proposto. Foi possível concluir que, após exatos vinte e cinco anos da promulgação da Constituição Cidadã, não só foi garantido pelo texto constitucional uma série de direitos e garantias fundamentais, como também, o Estado brasileiro foi compelido e impulsionado a aderir os principais instrumentos internacionais na seara dos Direitos Humanos, sendo hoje a temática um dos vetores das Relações Internacionais brasileiras.

Palavras-chave

Cidadania; Direitos Humanos; Direito Constitucional Internacional.